



40
06

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0108270-6/01 – Comarca do Cabo
Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho
Agravado: Fabíola Campos do Nascimento
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS NÃO PAGAS. AÇÃO DE COBRANÇA. IMPROVIMENTO AO RECURSO.

1. Os fundamentos esposados na decisão terminativa monocrática são auto-explicativos e de per si suficientes para o improvimento do recurso. 2. Não merece a alegação prosperar, eis que, nas ações de cobrança de dívida contra a Fazenda Pública, a prescrição apenas tem o condão de atingir o direito no que respeita ao período anterior ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, como bem observou o magistrado de 1º grau, por incidência do comando contido no art. 1º, do Decreto federal nº 20.910-32, conforme a correta inteligência da Súmula 443, do STF, e da Súmula 85, do STJ. 3. Afastada a alegação de litispendência entre a presente ação e a Ação Civil Pública (nº 14.827/96), da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, eis que incontestada a ausência de identidade entre a causa de pedir e o objeto das mesmas. 3. Não há que se falar em cerceamento de defesa ou em ofensa ao devido processo legal, pois em se tratando de ação de cobrança de salários não pagos, caberia ao Município apelante, que é quem detém os assentamentos funcionais pertinentes, fazer prova dos respectivos pagamentos. 5. Ausente a prova do pagamento, pela Municipalidade, dos valores cobrados, impõe-se a procedência da ação. 6. Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO



41

09

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Agravo nº 0108270-6/01, acima referenciado, ACORDAM os desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, voto e demais termos constantes dos autos que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 28 de 01 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator





42
08

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0108270-6/01 – Comarca do Cabo
Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho
Agravado: Fabíola Campos do Nascimento
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto em face da decisão terminativa monocrática de fls. 108, que negou seguimento ao apelo de sentença prolatada em Ação de Indenização nº 4.627/2002, o qual julgou procedente em parte o pedido para determinar o ora apelante, o Município do Cabo, ao apagamento dos vencimentos do autora ora apelado, referente aos meses de novembro e dezembro do ano de 1996, bem como, 13º (décimo terceiro) salário do mesmo ano, férias vencidas. Ainda acresceu a este valor, o cômputo dos honorários advocatícios, arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

O autor apresenta suas razões as fls. 02/16. E ao final, o autor pugna pela reforma da sentença, para que não seja julgada procedente parte dos pedidos concedidos por sentença exarada pelo insigne juiz monocrático.

É o relatório.

Recife, 28 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



43
09

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0108270-6/01 – Comarca do Cabo
Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho
Agravado: Fabíola Campos do Nascimento
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DA PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA

Aduz ainda, o Município do Cabo de Santo Agostinho, em suas razões no recurso, a existência de litispendência, "pelo fato de tramitar Ação Civil Pública, proc. Nº 14.827/96, evidentemente, com mesmo objeto". Todavia, não procede tal argumentação, visto que há ~~existência~~ pedidos incompatíveis entre a ação de cobrança de cunho individual e a Ação Civil Pública, que visa a proteção de interesses difusos da sociedade. Não é, a Ação Civil Pública, o meio adequado à busca da reparação de prejuízos patrimoniais causados a particulares.

Ademais, o acesso ao Poder Judiciário é princípio fundamental alçado ao nível constitucional, conforme se extrai do inciso XXXV, do artigo 5º da CF, segundo o qual há uma inafastabilidade do controle judicial à lesão ou à sua ameaça levada ao seu conhecimento.

Outro não é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, como se pode analisar das decisões abaixo colacionadas:

"Ementa: AÇÃO EM QUE É PARTE A FAZENDA PÚBLICA - LITÍGIO EM QUE NÃO SE CONFIGURA O INTERESSE PÚBLICO - MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERVENÇÃO - DESNECESSIDADE - SERVIDOR MUNICIPAL ESTATUTÁRIO - PRESCRIÇÃO BIENAL - NORMA DE ÍNDOLE CELETISTA - INAPLICABILIDADE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDOS DIVERSOS - LITISPENDÊNCIA - INOCORRÊNCIA - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO - NÃO CONFIGURAÇÃO - DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS CONSTITUCIONALMENTE - EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

1. Omissis.

2. Omissis.

3. Entre a ação civil pública e ação de cobrança, esta de natureza privada, pela incompatibilidade de pedidos, não se firma a litispendência.



44
030

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

4. Omissis.

5. Omissis." (Grifos Nossos)

(Apelação Cível: 64541-0; Relator: Bartolomeu Bueno. Órgão Julgador: Primeira Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 03. Data da Publicação: 3/1/2003)

"Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS - REJEITADAS AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL E DE LITISPENDÊNCIA - NO MÉRITO, JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL - DECISÃO UNÂNIME.

I. Omissis.

II. Omissis.

III. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA COM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 7.872: A alegação de litispendência não foi respaldada em qualquer vestígio de prova e, mesmo que o fosse, não há como se formar litispendência entre ação civil pública e ação privada, haja vista que, apesar de ambas as ações citadas possuírem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, diverso é o pedido, em cada qual corrido. O direito de ação, constitucionalmente assegurado, não pode ser obstado pelo interesse difuso ou coletivo (CF, Art. 5º, XXXV). IV. PRELIMINAR REJEITADA, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

V. Omissis.

VI. Omissis.

VII. Omissis." (Grifos Nossos)

(Duplo Grau Obrig. Jurisdição: 89906-7; Relator: Bartolomeu Bueno. Órgão Julgador: Sexta Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 98. Data da Publicação: 28/5/2004)

Portanto, rejeito a preliminar de litispendência.

É como voto.

Recife, 28 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



15
011

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0108270-6/01 – Comarca do Cabo
Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho
Agravado: Fabíola Campos do Nascimento
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE MÉRITO

A autora foi nomeada por ATO ADMINISTRATIVO, para o cargo de comissão, o Cargo de Administradora de Setor, símbolo CC5, na Secretaria Municipal de Educação, sendo lotada na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes dessa Requerida, conforme se observa na fotocópia de anexo nº 02, conforme os autos.

Consisti-se no mérito a cobrança à municipalidade de verba salarial impaga como contraprestação ao trabalho exercido pela servidora.

Neste contexto, cabia ao município, aportado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.

Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus servidores, em evidente enriquecimento ilícito.

Trata-se de verba alimentar cuja satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco já pacificou entendimento da matéria constante nos autos, ou seja, a cobrança de salários atrasados e impagos de servidores públicos, estando a relação laboral perfeitamente comprovada. Os acórdãos, produzidos continuamente, indicam tal posicionamento. Separei alguns para basear minha posição:

"ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA MUNICIPAL. VENCIMENTOS ATRASADOS. AÇÃO DE COBRANÇA. PROCEDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. 1- Proposta a ação dentro do prazo de cinco anos de que dispõe o servidor para a cobrança dos seus créditos, não há falar em prescrição quinquenal.



46
012

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

2- São assegurados aos servidores públicos civis os direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal, especificamente os constantes dos incisos IV, VI, e VIII, do prefalado dispositivo, impondo-se ao município a sua observância. 3- Restando devidamente comprovado o vínculo efetivo, faz jus a servidora ao recebimento de valores que lhe são devidos pelo município, que reconheceu a inadimplência e feriu o direito pátrio acima citado, ao querer reter, de forma dolosa, verba de natureza alimentar, justificando a falta de pagamento pelo deficit orçamentário reportado a gestões anteriores." (TJPE, Apelação Cível nº 100806-4/Rio Formoso, Sexta Câmara Cível, Rel. Des. Alberto Nogueira Virgínio, julgamento em 17.06.2005).

"ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO. SALÁRIO DEVIDO. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. a) Provado o vínculo laboral e que o empregador não efetuou o pagamento ao empregado, dos salários devidos, é de ser confirmada a sentença que julgou procedente o pedido. b) Quando a Fazenda Pública for vencida em ação condenatória, deverá o juiz fixar honorários de advogado de acordo com o art. 20 § 3º do CPC, entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o total da condenação, sendo-lhe vedado utilizar o critério do art. 20 § 4º do CPC. Improvimento do reexame necessário e prejudicado o voluntário. Decisão unânime." (TJPE, Apelação Cível nº 81325-0/Custódia, +Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Jovaldo Nunes Gomes, julgamento em 15.10.2002)

EMENTA: "DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL -SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS - AÇÃO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL - DECISÃO UNÂNIME.

I. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA: Há nos autos elementos suficientes para estabelecer a "legitimatío ad causam" da autora, como o demonstrativo de pagamento de salário constante dos autos, no qual consta seu nome e a função exercida como funcionário do município de Palmares. Preliminar Rejeitada.

II. MÉRITO: São inúmeros os direitos sociais que protegem o funcionário público, estando todos eles previstos na Constituição Federal. A Carta Magna é clara ao rezar que se aplicam aos servidores públicos civis os direitos garantidos ao empregado pelas disposições do art. 7º, incisos IV, VI e VIII, os quais garantem o salário mínimo, a irredutibilidade do salário e o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria.



47
013

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

III. Não resta dúvida acerca da aplicabilidade destes direitos sociais aos servidores públicos civis, resguardando o princípio da Dignidade Humana, consolidado pela Constituição Federal, pelo qual todo trabalho deve ser remunerado.

IV. No tocante à condenação da Edilidade ao pagamento dos honorários de advogado, é aplicável à hipótese o art. 20, parágrafo 3º, do CPC.

V. Sentença "a quo" mantida integralmente e negado provimento à Remessa Oficial, em votação unânime." (Duplo Grau Obrigatório de Jurisdição Nº 76799-7, Primeira Câmara Cível, em 10.12.2002, Des. Relator Bartolomeu Bueno)

Tal entendimento, por decorrência lógica, aplica-se também aos servidores ocupantes de cargos em comissão e, guardadas as devidas proporções, aos trabalhadores com vínculo de emprego com a administração pública.

Pleiteia o apelado o recebimento de importâncias impagas correspondentes aos vencimentos dos meses de novembro e dezembro do ano de 1996, bem como, 13º (décimo terceiro) salário do mesmo ano, e férias vencidas.

Nada há que modificar na sentença *a quo*, eis que incontroversa nos autos a inadimplência da Municipalidade quanto aos valores da condenação, já que a mesma edilidade não tem provas de pagamento.

Por fim, registro que a efetivação desse direito, erigido pela Carta Política à condição de garantia fundamental, não pode encontrar óbice em outros comandos constitucionais ou legais que, à primeira vista, pareçam estabelecer com aquele algum tipo de antagonismo ou impedimento.

Diante do exposto, considerando que a decisão fustigada encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça, conforme acima demonstrado, nego seguimento ao recurso, com arrimo no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, c/c art. 74, VIII, do RI/TJPE, mantendo-se incólume a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de 04 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator